

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM PESQUISA EDUCACIONAL – TURMA IV**

O ESPECISMO E O SEXISMO SOB A ÓTICA ECOFEMINISTA

ÂNGELA RAQUEL GODOI DA SILVA

**MARINGÁ
2013**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM PESQUISA EDUCACIONAL – TURMA IV**

O ESPECISMO E O SEXISMO SOB A ÓTICA ECOFEMINISTA

ÂNGELA RAQUEL GODOI DA SILVA

**MARINGÁ
2013**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM PESQUISA EDUCACIONAL – TURMA IV**

O ESPECISMO E O SEXISMO SOB A ÓTICA ECOFEMINISTA

Monografia apresentada por ÂNGELA RAQUEL
GODOI DA SILVA ao Departamento de
Fundamentos da Educação, da Universidade
Estadual de Maringá, como requisito parcial
para a obtenção do título de Especialista em
Pesquisa Educacional.

Orientadora:
Patrícia Lessa dos Santos

MARINGÁ
2013

ÂNGELA RAQUEL GODOI DA SILVA

O ESPECISMO E O SEXISMO SOB A ÓTICA ECOFEMINISTA

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a. PATRICIA LESSA DOS SANTOS (Orientadora)
– UEM

Prof. Dr^a. LUZIA MARTA BELLINI membro da banca -
UEM

Prof. Dr^a. IVANA GUILHERME SIMILI membro da banca -
UEM

03/07/2013

Dedico este trabalho aos meus pais, pelo exemplo de vida e família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus, a quem devo tudo o que sou.

À minha orientadora. Dr. Patrícia Lessa, pela paciência, dedicação, por acreditar na realização desta pesquisa.

Ao coordenador, Dr. Cezar de Alencar Arnaut de Toledo, aos professores, colegas e todos os integrantes do curso de especialização em Pesquisa Educacional - Turma IV.

À Universidade Estadual de Maringá e a todos que de forma direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão deste trabalho.

Chegará um dia no qual os homens conhecerão o íntimo dos animais; e nesse dia, um crime contra um animal será considerado um crime contra a humanidade.

Leonardo da Vinci

SILVA, Ângela Raquel Godoi da. **ESPECISMO E SEXISMO SOB A ÓTICA ECOFEMINISTA**. nº de folhas (39 f.) Monografia (Especialização em Pesquisa Educacional – Turma IV) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: (Patrícia Lessa). Maringá, 2013.

RESUMO

O objetivo geral desta monografia foi discutir a teoria ecofeminista e sua contribuição na abordagem de gênero. Os objetivos específicos foram analisar a relação de exploração das mulheres e dos animais e refletir sobre os estereótipos de mulheres e animais. O presente trabalho aborda noções da teoria ecofeminista. O tema é trabalhado em universidades e discutido em conferências, ganhando espaço para demonstrar sua contribuição acadêmica evidenciando além da busca de um desenvolvimento sustentável com equidade, outras questões relacionadas ao especismo e sexismo. O trabalho analisa a exploração com mulheres e animais no contexto da racionalidade patriarcal, mediante o ecofeminismo. Para atingir os objetivos propostos elaborou-se um estudo teórico de levantamento bibliográfico sobre a relação da ecologia e do feminismo. Como resultado obteve-se: a teoria ecofeminista retoma o debate ecológico e do feminismo, propondo ações e princípios iniciando pela discussão do especismo e sexismo. Essa discussão baliza as ações ecofeministas.

Palavras-chave: Ecofeminismo; Sexismo; Especismo; Gênero.

SILVA, Ângela Raquel Godoi da. **SPECIESISM AND SEXISM BY THE ECOFEMINIST PERSPECTIVE.** n° of pages (39 f.). Monograph (Specialization in Educational Research – Class IV) – State University of Maringá. Mastermind: (Patricia Lessa). Maringá, 2013.

ABSTRACT

The general aim of this thesis was to discuss the ecofeminist theory and its contribution in the approach on gender. The specific aims were to analyze the relationship of exploitation of women and animals and reflect on the stereotypes of women and animals. The present work discusses notions of ecofeminist theory. The theme is worked in universities and discussed at conferences, gaining space to demonstrate their academic contribution showing beyond the pursuit of sustainable development with equity, other issues related to speciesism and sexism. The work analyzes the exploration with women and animals in the context of patriarchal rationality by ecofeminism. To achieve the proposed objectives, a theoretical study in literature on the relationship of ecology and feminism was elaborated. As a result we obtained: the ecofeminist theory incorporates the ecological debate and feminism, proposing actions and principles initiated by the discussion of speciesism and sexism. This discussion goals ecofeminists actions.

Keywords: Ecofeminism, Sexism, Speciesism; Gender.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 11 |
| 2. ECOFEMINISMO: UMA TEORIA ABERTA..... | 13 |
| 3. MULHERES E ANIMAIS: BANIDOS DA RACIONALIDADE PATRIARCAL..... | 24 |
| 4. CONCLUSÃO | 36 |
| REFERÊNCIAS | 37 |

INTRODUÇÃO

Falar do lugar que as mulheres ocupam hoje no cenário mundial parece questão simples de discutir, uma vez que elas ocupam cargos importantes e circulam pelos diversos locais públicos com esplendor e desenvoltura. Mas nem sempre foi assim. No decorrer da história, pôde-se averiguar que as mulheres lutaram para alcançar suas conquistas em prol de direitos iguais aos dos homens, em busca do direito de ler e escrever, votar, trabalhar, enfim, o desejo incessante em ter seu lugar ao sol. Apesar de tantas conquistas, a realidade é que há ainda muito que almejar pelas mulheres em pleno século XXI nos mais diversos campos: social, afetivo e profissional. A discussão da relação da exploração das mulheres e dos animais é recente. É assunto bem atual, poucas pessoas escreveram sobre o tema no Brasil.

A importância de conhecer essa realidade mostra também, a importância de desenvolver esta monografia. Nessa perspectiva, o objetivo geral deste texto foi o de discutir a teoria ecofeminista e sua contribuição na abordagem de gênero.

Nesses termos, foram definidos como objetivos específicos: analisar a relação de exploração das mulheres e dos animais e refletir sobre os estereótipos de mulheres e animais.

A abordagem deste trabalho foi de caráter bibliográfico, embasando nas principais autoras relacionadas ao assunto, como Carol J. Adams, Patrícia Lessa, Loreley Garcia, Mary Garcia Castro, Miriam Abramovay, conforme destaca esta monografia.

O trabalho foi dividido em dois capítulos; no primeiro capítulo, definiu-se os termos que originaram a terminologia da palavra ecofeminismo: a ecologia e o feminismo. A partir disso, propôs-se entender que essa filosofia aparentemente ambiental, vai além de uma corrente ecológica, porque para alcançar um mundo sustentável, é preciso levar em consideração outras dimensões.

No segundo capítulo abordou-se outras dimensões do ecofeminismo. Alusivo aos estudos levantados no apoio teórico para a realização deste trabalho houve a necessidade de discutir a dominação da mulher e dos animais e

consequentemente, de suas subordinações. Para essa relação de subordinação foram discutidos dois conceitos: especismo e sexismo.

Tanto o especismo como o sexismo são conceitos elaborados como crítica ao modelo estruturante da sociedade. Especismo é a ideia de promover a espécie humana sobre as demais, e sexismo é a ideia de promover um gênero sobre outro. Influenciada pelo modelo patriarcal, a sociedade vive uma hierarquização, onde há diferenciação de gêneros e de outras espécies, ficando presente no contexto histórico, uma relação de dominação, destacando quem domina e os que são dominados. Desta maneira, o ecofeminismo significa mudança de estrutura, pois se existe estrutura opressiva é porque têm atores desta realidade. Assim, segundo essa teoria, é preciso criar novas maneiras de pensar e agir, mudando os papéis considerados padrões pela sociedade.

1. ECOFEMINISMO: UMA TEORIA ABERTA

Nesta seção, apresenta-se a teoria ecofeminista, trazendo estudos do campo ecológico e feminista.

Num primeiro momento, ao falar em ecofeminismo faz-se necessário entender os termos ecologia e feminismo, para que haja uma compreensão das relações que há entre as mulheres e a natureza.

Para Dajos, (*apud* TROPMAIR, 2008, p.8), a ecologia é definida como a “ciência que estuda as condições de existência dos seres vivos e as interações de qualquer natureza, existentes entre os seres vivos e o seu meio”. Ou seja, o objeto de estudo da ecologia é os seres vivos, a flora e também a fauna. Assim, diante dos problemas ambientais que se agravam nos dias atuais, a Ecologia oferece dados sobre o funcionamento do meio ambiente, para que haja um planejamento relacionado ao ecossistema.

De acordo com Troppmair (2008, p.11) os primórdios dos estudos da flora e da fauna remetem a uma longa data: “Theophrasto (372 a 288 a C), participando das conquistas de Alexandre Magno, foi o primeiro a observar as formas de crescimento dos vegetais destacando a importância e a influência do clima”. Como vemos, ao longo da história, os estudiosos sempre observaram a distribuição dos seres vivos e a vegetação do entorno. Os seres humanos, por sua vez em sua história, muito interferiram em seus ambientes. Desde as civilizações mais remotas a necessária relação do homem com o ambiente levava à sua sobrevivência. Troppmair (2008, p.172) afirma que:

Nas civilizações primitivas, pastoris e agrícolas, o homem era um elemento integrado no sistema natureza e nele interferia apenas de forma restrita. Com o aumento da população, o surgimento de formas sociais mais complexas e principalmente, com o advento dos centros urbanos e da era industrial, que introduziu o emprego de maquinário mais potente e sofisticado e modificou modos de vida humana, a interferência e as perturbações provocadas pelo homem nos ecossistemas tornaram-se mais drásticas e conduziram aos problemas ambientais de nossos dias.

Neste sentido, o agravamento ocorreu, principalmente, após a Revolução Industrial e perdura até os dias atuais. Moscovici (2007, p. 136) afirma que:

As conseqüências podem ser dramáticas. A degradação e a poluição dos meios de vida continuam a progredir ao mesmo tempo que cresce a economia. Consumimos cada vez mais combustíveis fósseis, nucleares, petroleiros, que acumulam os dejetos com os quais não sabemos o que fazer, ou ainda, favorecemos a pesca predatória e a superprodução, quando ambas contribuem para a difusão de todo o tipo de substância no ar e na água. Para corrigir um “erro”, cometemos um outro. Certamente, sob a pressão dos movimentos naturalistas, procuramos uma solução técnica. A despeito da manifestação do gênio inventivo, o efeito que desejamos erradicar, aumenta. Por exemplo, a descoberta dos carburantes menos poluentes, que não diminuem o efeito estufa, pois o número de veículos não pára de crescer. O balanço continua ruim sob o plano ecológico. E em todos os lugares a população cresce enquanto declinam os recursos.

A relação apontada por Moscovici entre o ser humano e a natureza encontra-se em um patamar estagnado. São tomadas pelos governos apenas medidas imediatistas contra os impactos ambientais, porém isso não resolve os problemas que em longo prazo, só tendem a aumentar. Muitas outras coisas irão surgir, como novas tecnologias e novos padrões de existência. Assim, diante de todas essas novidades, o poder que a humanidade tem sobre a natureza, se torna preocupante.

Diante dos problemas relacionados ao meio ambiente, a ciência ecológica tornou-se uma dimensão importante para as discussões ambientais. Soto (2002, p. 100) afirma que:

Nos últimos anos tem se intensificado o debate pela sustentabilidade do desenvolvimento econômico e social por parte de intelectuais das mais diversas áreas de conhecimento (economia, biologia, sociologia, geografia), além de organizações não governamentais, governos e organizações internacionais.

Quanto à esta noção de sustentabilidade, a discussão ambiental não se restringe a uma área específica, porque diante do modelo econômico atual, temos um grande debate econômico, político e social, o que envolve várias áreas de conhecimento. Para Guattari (2001, p.9):

Não haverá verdadeira resposta à crise ecológica a não ser em escala planetária e com a condição de que se opere uma

autêntica revolução política, social e cultural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais.

Nesta perspectiva, não basta discutir uma única face da questão ecológica. É importante considerar os vários contextos essenciais. Soto (2002, p.101) ressalta ainda:

Nesse debate, predomina a preocupação de alguns setores da sociedade em relação à busca de um modelo de desenvolvimento econômico e social que esteja em harmonia com a natureza, permitindo a sustentabilidade e a vida das gerações futuras.

Nota-se, portanto, que os problemas ambientais estão ligados à estrutura do atual sistema capitalista. O meio ambiente tornou-se uma mercadoria no capitalismo, uma vez que é considerado uma fonte de consumo abundante. Segundo Giacomini Filho (2008, p. 35) consumo é o “ato de consumir para satisfazer as necessidades básicas do homem”. O ato de consumir esteve sempre presente ao longo da história porque é essencial à sobrevivência. Todavia, a depredação dos recursos naturais ocorre devido o consumo exagerado, passando de consumo para consumismo. Seguindo a concepção de Giacomini Filho (2008), Silva (2010, p. 31) afirma que “a diferença entre o consumo e o consumismo é que enquanto no consumismo as pessoas consomem de uma maneira exagerada, no consumo as pessoas consomem apenas aquilo que lhes é indispensável para a sobrevivência”. O consumismo é mais relevante nos países desenvolvidos, fato relacionado ao maior poder aquisitivo, como afirma Portilho (2005, p.45) “um quarto da população mundial que vive nos países desenvolvidos demanda nada menos do que três quartos dos recursos naturais do planeta”. Contudo, generalizar o consumismo ao poder aquisitivo é um equívoco, pois nem sempre quem adquire o melhor produto é o que tem um padrão de vida mais favorável, pois para Giacomini Filho (2008, p. 37) “as pessoas ficam dependentes do consumo e subvertem valores, como comprar um aparelho de tevê sem ter condições de pagar a eletricidade ou quando compram um tênis sofisticado sem ter o que comer”.

O modelo consumista gerou impactos ambientais, entre eles o desmatamento e a grande produção de resíduos sólidos. Sabe-se que formações vegetais, perderam sua cobertura original decorrentes das diversas atividades

praticadas para a exploração dos recursos naturais, uma vez que estes não são inesgotáveis. Jacobi (2005, p.235) afirma:

As transformações no debate “meio ambiente-desenvolvimento” têm início nos anos de 1970, quando assumem visibilidade publicações que pretendem mostrar a finitude no interior do modo de produção capitalista e seus impactos globais. A partir desse período, o conceito de desenvolvimento sustentável surge sob diferentes denominações, buscando-se um consenso e sua institucionalização.

Diante do cenário em questão, inicia-se um movimento em busca de mudanças nas estruturas que interferem de maneira significativa no ambiente. Essa tendência, segundo Soto (2002, p. 103), ganhou força na década de 1970 com a Conferência de Estocolmo:

Por sua vez, a emergência teórica do “desenvolvimento sustentável oficial” inicia-se na década de 70, quando a pressão ambientalista passa a ter um peso considerável nos países capitalistas centrais. É nesse contexto, de explosão ecológica, que surge a Conferência sobre Meio Ambiente Humano organizada em Estocolmo pelas Nações Unidas em 1972. Nessa Conferência se estabelecem os princípios norteadores do desenvolvimento sustentável.

Nessa temática pode ser citado também a Eco-92 (1992), evento ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, sendo a Conferência sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Castro e Abramovay (1997, p. 45) afirmam que:

É interessante notar que as organizações mais voltadas para um trabalho relacionado com a agroecologia citam como parâmetro a ECO-92, o que é explicável primeiro porque ela ocorreu no Brasil e depois porque o tema está mais relacionado com a sua prática diária.

Esse evento tornou-se referência quando o problema é a busca por estruturas relacionadas a um novo padrão de desenvolvimento. Além disso, na ECO-92 foram elaborados documentos importantes, para os debates ambientais: A Agenda 21 e a Carta da Terra. Cabe citar a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio +20, também realizada na cidade do Rio de Janeiro em 2012, marcando os 20 anos da realização da ECO-92. O objetivo da Conferência foi renovar os compromissos políticos com o

desenvolvimento sustentável. Essa discussão ambiental ganhou força diante das ações propostas para reduzir ou minimizar os impactos ambientais.

Segundo Moscovici (2007), a natureza não está a disposição da humanidade como um reservatório de recursos. Se assim fosse as ações providas da sociedade não a afetaria. Pelo contrário, o ser humano faz parte da história da natureza e com ela se inter-relaciona. O autor ainda ressalta que:

A maior parte das sociedades – e notoriamente as sociedades modernas – formou-se *contra* a natureza, determinada a explorá-la e transformá-la pela violência. Uma violência no sentido estrito do termo, na medida em que se pensa e age para dominá-la, combatê-la ou forçá-la. É bom admitir que a técnica e a ciência, o psiquismo, as doutrinas filosóficas, são impregnados por essa separação e esse antagonismo que prevaleceram até aqui. Eu o digo não para dramatizar essa relação, mas para mostrá-la à luz do dia. O único remédio: rascunhar, a partir de nossa própria experiência, aquilo que queremos, o que quer dizer uma sociedade *pela* natureza, uma visão que permite modificá-la em vista da natureza, uma nova ciência que nos ensina a inseri-la na nossa natureza. É nessa direção que se deveria conduzir toda verdadeira política ecológica. (2007, p. 32)

Nessa ótica, é necessário que os homens e mulheres visualizem seu atual intercâmbio com a natureza porque isto gerou, historicamente, sérios impactos em rios, planícies e planaltos.

Castro e Abramovay (1997, p. 19) ressaltam que o “o desenvolvimento será sustentável e equitativo quando homens e mulheres participarem de forma mais igualitária, em todos os níveis, de tomada de decisão”. Ou seja, para que haja um comprometimento com essa discussão ambiental, homens e mulheres precisam trabalhar juntos na mesma causa. Todavia, sabe-se que o papel das mulheres na sociedade sempre foi diferenciado, isso decorre de um processo histórico relacionado ao passado e que ainda se faz presente no contexto histórico atual. Contudo, não é algo simples definir o que é o feminismo, pois ele está relacionado aos mais diversos movimentos de libertação, seja de cunho econômico, ecológico ou das relações de gênero. Hoje, falar do papel das mulheres em sociedade é algo do cotidiano. As mulheres no ensino superior e executando diversas profissões e com direito ao voto, é algo tido como uma conquista alcançada, entretanto, essas ações já foram apenas metas. Mas, ainda há muito a ser feito.

Duarte (2003) em seu artigo “Feminismo e literatura no Brasil”, diz que o feminismo pode ser dividido em quatro ondas, ou seja, em quatro momentos.

Na primeira onda, destaca-se o nome de Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), por seu livro “Direitos das mulheres e injustiça dos homens” de 1832. Este trata do direito das mulheres à instrução e ao trabalho. Nascida no Rio Grande do Norte, posteriormente mudou-se para a Europa. É considerada uma das primeiras mulheres no Brasil a fazer uma ruptura nos limites do espaço privado e publicar textos na chamada “grande” imprensa. Nesta primeira onda, as mulheres apenas queriam o direito de aprender a ler e a escrever, um direito básico, mas naquele momento visto como uma meta a ser atingida.

Conforme Duarte (2003), a segunda onda, surgiu por volta de 1870. Entre os nomes destacados é relevante o de Josefina Álvares de Azevedo (1851-?), uma das primeiras mulheres a defender o direito ao voto. Neste contexto, vários outros nomes surgiram, principalmente, ligados à imprensa feminina. Em contrapartida, a imprensa masculina tentava mostrar que era praticamente uma tarefa impossível as mulheres serem donas de casa, mães, e ao mesmo tempo, exercer alguma profissão.

Na terceira onda, segundo Duarte (2003), além da busca por direito ao voto, as mulheres também lutaram pelo direito ao curso superior e pela oportunidade de trabalho. Nesta onda pode-se destacar Bertha Lutz (1894-1976), nome é ligado à campanha de voto feminino e à busca de direitos iguais entre os gêneros. Em 1927, Juvenal Lamartine, governador do Rio Grande do Norte, aprovou uma lei dando direito ao voto feminino. Porém, foi somente no ano de 1932 que o ex-presidente Getúlio Vargas concedeu o direito ao voto às mulheres. Porém, devido à forma de seu governo, as eleições são suspensas e as mulheres só puderam votar no ano de 1945, quando Getulio Vargas saiu do poder.

Ainda, segundo Duarte (2003), na quarta onda, referindo-se a década de 1970, destaca-se o ano de 1975 que, segundo a Organização das Nações Unidas, foi o Ano Internacional da Mulher. O dia 8 de Março passou a ser considerado internacionalmente o Dia da Mulher. Neste momento, muitas mulheres se destacaram no campo literário: Lygia Fagundes Telles, Clarice Lispector, Sônia Coutinho, Hilda Hilst, Helena Parente Cunha, Marina Colasanti, Lya Luft, entre tantas outras contribuição nesse movimento.

Duarte (2003, p.10) afirma que:

Apesar de tantas conquistas nos inúmeros campos de conhecimento e da vida social, persistem nichos patriarcais de resistência. Basta que lembremos do salário inferior, da presença absurdamente desigual de mulheres em assembleias e em cargos de direção, e da ancestral violência que continua sendo praticada com a mesma covardia e abuso da força física. [...] o movimento feminista parece atravessar um necessário e importante período de amadurecimento e reflexão. O que não se sabe é como retornará na próxima onda. Aliás nem mesmo é possível saber se haverá outra onda, que formato e dimensões poderia ter.

Pode-se dizer, então, que tivemos um processo, com busca cotidiana por mudanças para um relacionamento justo entre ambos os gêneros. Lessa (2005, p.161) é outra autora que discute esta epistemologia feminista e afirma que:

O feminismo surge justamente para sacudir as evidências dessas representações, questionar a divisão sexual da sociedade, opor-se à hierarquização dos gêneros, por isso, suas teorias não podem ser dissociadas de sua ação política, pois, ambas atravessam diferentes áreas do conhecimento. Os medos que o feminismo desperta levam o senso comum a distorções de suas teorias, bem como, a crença em um objetivo único: a destruição dos homens e a representação social da mulher que quer tomar o local dos mesmos.

Alusivo a isso, pode-se dizer que os feminismos não surgiram para sobressair o gênero masculino, mas para questionar o porquê de as mulheres serem excluídas de atividades consideradas de 'caráter masculino', quando na verdade não o são. Assim, a partir dos movimentos feministas surgiram as teorias feministas. Além disso, ao observar a construção da luta feminista ao longo da história, nota-se que nesse movimento não se encontram mulheres pobres, como afirma Rago (1996, p.20):

Fundamentalmente, as feministas liberais colocavam em discussão o lugar tradicionalmente destinado às mulheres e especificamente às da elite, como elas próprias, acreditando que as pobres estariam necessariamente predestinadas à ignorância pela própria condição econômica desfavorável.

Após definir brevemente os conceitos de ecologia e feminismo, é importante ressaltar outro termo de extrema relevância a este trabalho que é o ecofeminismo.

Segundo Dias (2013), o termo Ecofeminismo foi criado na década de 1970, pela feminista Françoise d'Eaubonne. Ainda na infância, Françoise d'Eaubonne, já tinha uma personalidade marcante que a fez olhar para o mundo de uma forma crítica e se tornar posteriormente uma militante feminista. Em 1971, participou de um movimento revolucionário homossexual e em 1974 apresentou em seu trabalho *Lê Feminisme ou La Mort*, o termo ecofeminismo. Desde então, o movimento tem se difundido por todo o mundo, principalmente nos países do Sul. Dentre os exemplos de difusão do movimento ecofeminista pode ser citado o movimento *Chipko* que ocorreu na Índia também na década 1970. O movimento ficou conhecido por causa de um grupo composto por trinta mulheres, o qual abraçou as árvores de bosques no Norte da Índia com o objetivo de salvar a bacia hidrográfica da floresta.

Mundialmente essa ação ficou conhecida como “abraço na árvore”. Entre as participantes do movimento *Chipko*, destaca-se a indiana Vandana Shiva, uma das percussoras do ecofeminismo, que dedicou sua vida a esse movimento e à teorização do ecofeminismo. Segundo Castro e Abramovay (1997, p.28):

O ambientalismo, assim como as organizações de desenvolvimento e o feminismo, surge na década de 1970, emergente das lutas pela democratização do país, buscando modelos alternativos para uma sociedade mais justa e equilibrada. Esse é um fator que em determinado momento pode ter aproximado os dois movimentos. Outro fator foi a ECO-92, que mostrou a relevância do tema e abriu o debate sobre a importância da participação política nesse tipo de evento.

Os dois movimentos (feminista e ecologista), surgiram em um mesmo contexto histórico, o que remete a ideia de aproximação terminológica. A ECO-92, como observado, tornou-se ponto de referência no assunto em questão, uma vez que o tema ambiental passou a ganhar novos espaços no cenário atual. Castro e Abramovay (1997, p.55) ainda afirmam que:

A Rio-92 destaca na literatura feminista no Brasil como o tempo/espaço em que as reflexões sobre gênero e meio ambiente

e a estruturação de ações por parte do movimento de mulheres tomaram impulso, em dinâmica sinérgica com o movimento feminista internacional.

Desta forma, como salientada pela autora, a conferência conhecida como ECO-92 tornou-se base para o movimento de mulheres que lutam pelo desenvolvimento sustentável. Assim, elas passam de uma ação passiva para uma ativa, buscando alternativas para que essas mudanças no ambiente aconteçam.

Segundo Lessa (2012, p. 11)

O ecofeminismo, desde sua vertente clássica denuncia a naturalização da mulher como um dos mecanismos de legitimização do patriarcado. A obsessão dos homens pelo poder tem levado o mundo a guerras suicidas, ao envenenamento e à destruição do planeta, a devastação das florestas para alimentar gado que engorda os bolsos e corpos dos homens [...]. O ecofeminismo, em suas diferentes vertentes, defende que a relação profunda da maioria das mulheres com a natureza não está associada a características do gênero feminino, mas é originada de suas responsabilidades na economia familiar [...]

Desta maneira, para a autora, o ecofeminismo demonstra a importância da mulher nas questões ambientais, que não se restringem apenas ao gênero, mas também à economia familiar, como escreve Garcia (2012, p. 200):

Mulheres mudam a dieta familiar quando a fertilidade do solo é reduzida por causa do plantio excessivo, sobrepastoreio ou erosão. Nessas ocasiões, as famílias tratam de economizar combustível usando alimentos crus, que podem estar contaminados por agrotóxicos, ou comem restos. As mulheres e meninas são as mais afetadas, já que, em muitas culturas, comem menos e por último. Na mesa da família, a feitura do prato de comida revela claramente a distinção e hierarquia entre gêneros e gerações. No Nepal, elas chegam a comer o resto do prato do marido.

Assim, o ecofeminismo significa uma mudança na estrutura e no convívio entre aqueles que dominam os animais, o meio ambiente e as mulheres e estes que são os dominados. Essa dominação para as mulheres está relacionada diretamente ao modelo patriarcal. Nessa racionalidade patriarcal, a mulher é vista como objeto de exploração assim como a natureza. Mulher e natureza não são dimensões que devem ser discutidas separadamente, pelo contrário, é

imprescindível debater essa ligação para reestruturar a noção de poder com relação a ambos os gêneros.

O movimento (ecofeminista) opõe-se ao modelo hegemônico da sociedade, ou seja, um modelo cultural voltado para a dominação. Neste sentido, Siliprandi (apud DIAS, 2013, p. 2) afirma que:

Ademais com o advento do capitalismo esta exploração das mulheres e da natureza se intensificou, uma vez que na visão patriarcal, ambos não passam de um mero objeto de exploração, dominação e poder. Assim, a dominação das mulheres está baseada nos mesmos fundamentos e impulsos que levaram à exploração da natureza e dos povos.

Também Dias (2013, p. 2) afirma que:

Tanto o meio ambiente como as mulheres são vistos pelo capitalismo patriarcal como “coisa útil”, que devem ser submetidos às supostas necessidades humanas, seja como objeto de consumo, como meio de produção ou exploração.

Neste contexto, outro termo aparece na discussão: o especismo, uma vez que é interessante ao ecofeminismo. Essa terminologia (especismo) é expressa nos Cadernos Antiespecismo (*Les Cahiers Antispécistes: Rêflexion ET actin pour l'égalité animale*), criados na década de 1990 na França:

O especismo é para a espécie o que o racismo e o sexismo são respectivamente para a raça e para o sexo: a vontade de não levar em conta (ou de levar menos em conta) os interesses de alguns para o benefício de outros, alegando diferenças reais ou imaginárias, mas sempre desprovidas de conexão lógica com aquilo que elas são consideradas. Na prática, o especismo é a ideologia que justifica e impõe a exploração e o uso dos animais pelos humanos com meios que não seriam aceitos se as vítimas fossem humanas (REDAÇÃO, 2013, web).

Desta forma pode-se dizer que especismo, segundo Lessa (2012, p.1), é “[...] a ideia de promover a espécie humana como superior a todas as outras e, além disso, capaz de deliberar sobre todas as outras. Incluindo o direito sobre a vida e a liberdade”.

Nesta visão especista, os animais são apenas objetos que devem estar à disposição da exploração. Logo, ao comer a carne dos animais, as pessoas exercem a relação de quem domina e quem é dominado.

Fides (*apud* HAREL, 2013, p.3) diz que “a caça molda a ideia de masculinidade: Em muitas sociedades, o homem é (ou era) considerado pronto para o casamento só após a sua primeira caça matar”. Assim, o homem expressa a dominação tanto para com as mulheres quanto com os animais. Na visão patriarcal as mulheres sempre estiveram próximas aos animais, o que explica muitos termos usados para se referir as mulheres. É o que afirma Lessa (2012, p. 2)

O patriarcado influenciou nossas ideias mais fundamentais sobre a natureza humana. Nessa relação as mulheres estariam mais próximas dos animais, por isso, são na nossa cultura associadas nomes como vaca, galinha, égua, potranca, cachorra”

No entanto, enquanto a visão for patriarcal, animais e mulheres serão ‘coisificados’, ou seja, tornam-se simples objetos de exploração. Ainda a respeito dessa reflexão, é cabível citar outro termo: o sexismo. Lessa (2012, p. 2) afirma que:

Sexismo é o nome que se dá a ideia de promover um gênero sobre o outro, ou seja, a crença na superioridade masculina sobre a feminina. O sexismo promove, antes de tudo, a ideia de uma ordenação sexual, da subordinação do feminino ao masculino de forma hierárquica, como se houvesse uma ordem de importância social e, nessa ordem, o masculino seria o padrão e a referência central.

Nesse sentido, é perceptível nessa relação, o gênero masculino sobressaindo-se ao feminino. Isso vem de um contexto histórico que sempre existiu. A mulher tornou-se nesse contexto, um objeto de consumo, assim como o especismo, para o qual a crueldade com os animais acontece porque eles também são vistos como “coisas” a serem usufruídas.

Na próxima seção, serão analisados alguns pontos relacionados ao especismo e sexismo à luz das discussões sobre o que ocorre tanto com as mulheres quanto com os animais em um cenário de exploração e inferiorização.

2. MULHERES E ANIMAIS: BANIDOS DA RACIONALIDADE PATRIARCAL

É socialmente visível a relação de dominação com espécies animais e humanos considerados inferiores. Por meio do debate e das ações dos feminismos é possível fazer uma análise das relações do ser humano com outros humanos e com os animais.

As indagações sobre essas relações começam no momento em que a sociedade, acostumada com a violência contra as mulheres ou os animais, é contestada, é questionada em suas bases patriarcais. Será, por exemplo, que a opressão contra os animais é uma tragédia necessária como a cultura dominante expressa? Ou é mais uma vez, uma maneira de satisfazer suas necessidades consumistas e cômodas? As ações na sociedade mostram que os animais tornam-se objetos nas mãos daqueles que os dominam.

Não é diferente a realidade para o gênero feminino. A partir do momento em que ocorre a exploração com as mulheres, estas também se tornam objetos. Patrícia Lessa (2012), em seu artigo “Sexismo, especismo e racismo”, faz uma análise da relação entre mulher, carne e cerveja e mostra de que maneira explícita, pôde se verificar a violência como base da economia capitalista, onde corpos são mercadorias:

Na base da violência está a economia capitalista que promove a ideia de mercadoria para os corpos, sejam das mulheres, das negras, dos animais, das crianças, das homossexuais, das transexuais e dissidentes de toda espécie (LESSA, 2012, p. 8).

A autora ressalta essa relação de subordinação, mostrando que existe uma conexão entre as várias formas de violência.

Ao visualizar um *outdoor* com mulheres, dificilmente vê-se uma mulher “comum”, que apresenta manchas na pele, que não tem um corpo ideal para a mídia, ou outros “defeitos”. As imagens das mulheres nos *outdoors* mostram a comercialização de corpos, e o que importa é a satisfação do outro gênero.

A massificação do corpo feminino é denominada por Lessa (2005), de “bundalização da mídia”, que mostra a bunda das mulheres, fragmentação dos

corpos femininos em partes. Neste sentido, Lessa (2012, p. 10) alega que: “Corpos em vias de aprimoramento, como os seios erguidos com silicone, como os quadris diminuídos com lipoaspiração, corpos fabricados para a orgia do ver”.

A carne é o símbolo da cultura patriarcal porque é vista a imagem de masculinidade, ou seja, o homem realmente “macho” precisa consumir esse alimento. Se o homem não consome põe à sua masculinidade em dúvida. Nessa visão patriarcal a mulher também se torna também um pedaço de carne porque na cultura dominante, o pensamento é feito de forma simbólica e não literal. Nessa visão, a mulher é ‘objetualizada’, ou seja, torna-se um objeto, transformado em símbolo para satisfação do gênero masculino. Para Adams (2012, p. 58):

O sexismo no consumo de carne recapitula as distinções de classe com o acréscimo de uma peculiaridade: permeia todas as classes a mitologia de que a carne é um alimento masculino e seu consumo uma atividade masculina.

Ao retalhar a imagem da mulher, tornando-a imagem um pedaço de carne, volta-se à discussão para o que se chama de referencial ausente: o que está por trás da metáfora de uma mulher perfeita aos olhos da mídia. Harrison (*apud* ADAMS, 2012, p. 215), afirma:

Se começamos, como devem fazer as feministas, com ‘nosso corpo, nós mesmas’, reconheceremos que todo o nosso conhecimento, incluindo o nosso conhecimento moral, é um conhecimento mediado pelo corpo [...] Não viver profundamente no ‘nosso corpo, nós mesmas’ destrói a possibilidade de relações morais entre nós.

À luz do comentário anterior, da especialista em ética, Beverly Harrison (*apud* Carol Adams 2012), a respeito do contato com o corpo, encontra-se engajada uma nova forma de relação para com o corpo: o vegetarianismo. Para Adams (2012, p. 246) “Quem vivencia profundamente seu corpo pode superar as separações impostas pela moralidade dominante”. A autora ainda escreve que:

Onde termina o vegetarianismo e começa o feminismo, ou onde termina o feminismo e começa o vegetarianismo? [...] Do mesmo modo, momentos importantes da história feminista e figuras importantes da literatura feminista associaram o feminismo e o

vegetarianismo de um modo que anuncia continuidade e, não descontinuidade (ADAMS, 2012, p. 241).

Nessa relação histórica, o vegetarianismo está ligado ao feminismo, pois ao aderir aos hábitos vegetarianos as mulheres o fazem como forma de confrontar as ações da cultura dominante:

Uma parte integrante da identidade da mulher autônoma pode ser o vegetarianismo que, declarando-se ou não como uma rebelião contra as estruturas masculinas, é uma rebelião contra a cultura dominante. O vegetarianismo resiste à estrutura do referente ausente que torna objetos as mulheres e os animais (ADAMS, 2012, p. 242).

Adams (2012, p. 242) destaca ainda que: “O consumo de carne faz parte do domínio masculino; o vegetarianismo age como um sinal de doença na cultura patriarcal”. Isso porque as pessoas vegetarianas são vistas pelos carnívoros como tendo algo ausente em sua refeição, ou seja, falta a carne, haja vista, que para a cultura dominante a carne é o alimento essencial. Além disso, os vegetarianos são sempre questionados pelos carnívoros por sua abstenção de carne. Na verdade o apetite da sociedade está embasado em carne, por isso se torna difícil esquecê-la, já que se tornou um hábito alimentar.

Para que a carne possa chegar à mesa dos que adotam tal hábito, é necessária grande quantidade de alimentos para alimentar os animais que vão se tornar refeições. Segundo uma matéria publicada no Paraná *Online* (2013), conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o gado superou a quantidade de população humana. Assim, grandes propriedades rurais são destinadas à criação de gado e produção monocultura.

A produção monocultura acontece de forma extensiva no Brasil. Existem áreas monocultoras, principalmente de milho e soja, geralmente transgênicos para alimentar o gado. O problema não é a escassez de alimentos no país, mas sua circulação. Os alimentos da cesta básica nacional são os alimentos cultivados em pequenas e médias propriedades. Assim, os problemas gerados pela plantação de uma única cultura, são ambientais e sociais, uma vez que ocorre poluição e falta de alimentos.

Entre tantas “sugestões” divulgadas na mídia sobre problemas da agropecuária, a luta para acabar com o consumo de carne não é levada em consideração. Segundo Freitas (2013), seria uma atitude viável, mas como é um assunto que envolve esquemas de poder, deixa de ser debatida.

Como o nosso pensamento apresenta-se de forma simbólica e não literal, assim também ao comer uma determinada refeição, esta é ingerida porque o nome não vai condizer com um animal morto. Volta-se, novamente, ao referencial ausente, pois no momento da refeição não se faz a associação devida a um animal morto, ou seja, os carnívoros, não fazem questão de lembrar que para aquele pedaço de carne chegar à sua mesa, foi necessário que um animal fosse explorado. E se por acaso lembrar-se, o assunto será pensado como algo normal. Por isso, analisar o vegetarianismo é uma questão complexa, pois, tornou-se hábito o consumo de carne, e quem não o faz está confrontado a “normalidade”.

O homem faz com as outras espécies aquilo que ele deseja, como se os animais não passassem de meros objetos. Maciel (2011, p. 85) afirma:

Os animais, sob o olhar humano, são signos vivos daquilo que sempre escapa à nossa compreensão. Radicalmente outros, mas também nossos semelhantes, distantes e próximos de nós, fascinam-se nos ao mesmo tempo em que nos assombram e desafiam nossa razão. Temidos, subjugados, amados, marginalizados, admirados, confinados, comidos, torturados, classificados, humanizados, eles não se deixam, paradoxalmente, ser capturados na sua alteridade radical.

Na visão patriarcal o olhar dos dominadores sob os animais é um olhar determinante e cruel. Para eles, os animais são seres interessantes, porque além da obtenção da carne, há também a de peles. Para a comunidade vegana, esse olhar desse ser desfeito. Segundo Adams (2012, p. 272):

Os códigos dos textos da carne precisam ser rompidos. Eles não podem ser rompidos enquanto a carne está presente porque ela reifica todos os códigos antigos. Precisamos admitir que haverá uma destruição do prazer das refeições como o conhecemos hoje. Mas o que nos espera é a descoberta do prazer das refeições veganas.

Para uma maior compreensão, a terminologia “vegana” não se restringe somente às refeições como acontece no vegetarianismo, para o qual o é ato de se abster de carne e passar adotar uma refeição baseada em vegetais.

O veganismo, na verdade é uma opção de vida, porque está relacionado ao respeito e aos direitos dos animais. Desse modo, os veganos se abstêm do uso de qualquer produto que seja provindo de origem animal no seu cotidiano, como roupas, remédios, produtos de higiene, etc. Desta forma, ser vegetariano ou vegano tornou-se forma de vida alternativa diante dos atos impostos pela cultura dominante, em que, para uma refeição ser satisfatória, torna-se necessário um pedaço de carne à mesa, favorecendo a matança de animais.

Assim Adams (2012, p. 267) alega:

As atividades vegetarianas reagem ao consumo patriarcal e opõem-se ao consumo da morte. A atividade feminista-vegetariana declara que existe uma visão de mundo alternativa, uma visão que celebra a vida em vez de consumir morte; uma visão que não depende de animais ressuscitados, mas de pessoas com poder de decisão.

Referente a essa ideia, ser carnívoro não é a única opção como expressa a visão patriarcal. Existem outros meios. Todavia, não basta se opor a essa ideia, é necessário motivação e persistência, uma vez que consumir carne é uma hábito secular na cultura dominante.

Ao aderir ao vegetarianismo ou veganismo, as mulheres tomam uma posição diante da visão patriarcal. A carne está relacionada à dominação dos homens sobre as mulheres e sobre os animais. Harel (2013, p. 6) afirma:

Ainda hoje, embora as contas de caça para uma parcela insignificante de toda a carne consumida, a carne ainda conserva o seu valor como um símbolo da dominação e da dominação masculina, em particular. É a partir do símbolo do homem como caçador, como comedor de carne, que o símbolo da mulher como carne, como animal caçado, derivado – isso é expresso na forma como os homens falam, pensam, e tratar as mulheres.

Harel (2013) ainda comenta que na sociedade moderna, há mulheres que também oprimem animais. Nesse caso então, são mulheres que também têm valores de opressão, são machistas. A questão abordada se faz referente às

mulheres que assim como os animais também se tornam produtos nas mãos do outro gênero que as visualizam apenas para o próprio prazer.

Nessa inversão de valores e sentidos, inversão imposta pela cultura dominante, o fato de aderir ao vegetarianismo é outra demonstração que a mulher é inferior, porque associa o vegetariano com passividade. Ao contrário disso, nessa discussão, fala-se de mulheres que não estão sentadas observando essas ações acontecerem, mas são mulheres que estão engajadas para que ocorram mudanças na estrutura imposta pelo “padrão atual” do papel feminino com aquele estereótipo de mulher frágil, sensível, indefesa. A respeito disso, Adams (2012, p. 72) salienta:

Uma inversão completa ocorreu na definição da palavra “vegetal”. Embora seu sentido original fosse “ser animado, ativa”, hoje ela tem o sentido de apático, monótono, passivo. Vegetar é ter uma existência passiva; do mesmo modo como ser feminino é ter uma existência passiva. Uma vez que os legumes e as verduras são considerados comida de mulher, por extensão eles passam a ser considerados “femininos”, passivos.

E ainda comenta que o tema vegetarianismo é tão ignorado que, muitas vezes, o assunto é apenas visto em textos como se fosse inviável a sua prática. Por outro lado, Adams (2012, p. 265) afirma:

O vegetarianismo falava para as mulheres. Se o vegetarianismo não fosse uma influência positiva na sua vida, elas não o teriam adotado, mantido, divulgado. Esse é um fato histórico que precisa ser aceito e ao qual os especialistas que estudam a vida e os textos das mulheres precisam reagir, depois de aceitá-lo.

Essa influência faz com que feministas se oponham ao consumo da carne, pois nesse consumo está presente a ‘objetualização’ dos animais, a negação de sua liberdade, como acontece com as mulheres. Fica uma divisão clara entre seres: aqueles que comem carne como superiores, e os que na verdade se tornam “pedaços de carne” que são os seres denominados como inferiores. O sexismo, segundo Adams (2012, p. 58), “[...] permeia todas as classes a mitologia de que a carne é um alimento masculino e seu consumo uma atividade masculina”. Dick Gregory (apud ADAMS, 2012, p. 84) comenta sobre o referencial ausente que acontece também em outros ambientes, mas que são ignorados:

Tanto os animais quanto os seres humanos sofrem e morrem. Se tivesse de matar o seu porco, você muito provavelmente não seria capaz de comê-lo. Ouvir o grito do porco, ver o sangue espirrar, ver o filhote ser levado para longe da mãe e ver o olhar de morte no olho do animal reviraria o seu estômago. Por isso, o açougueiro mata por você. De modo semelhante, se os aristocratas ricos que perpetram as condições do gueto realmente ouvissem os gritos de sofrimento que ali se ouvem ou vissem a morte lenta dos garotinhos famintos, ou assistissem ao estrangulamento da humanidade e da dignidade, eles não continuariam a matança. Mas os ricos são protegidos desse horror [...] Se for capaz de justificar a matança para comer carne, você será capaz de justificar as condições do gueto. Quanto a mim, eu não posso justificar nem um nem outro.

Assim, o ato de consumir carne, vai muito além do ato em si. Levar em consideração o animal e não o referencial ausente é que faz toda a diferença. Um animal preso, maltratado e morto é a refeição exposta na naquela mesa, naquele jantar importante. Qual a diferença então entre aquele animal que se tornará refeição, para outro que recebe o melhor dos tratamentos dentro de uma casa? O indivíduo chora quando morre seu animal de estimação, mas não faz questão de lembrar que outros morrem diariamente para se tornarem refeições. Adams (2012, p. 105) defende que “nosso objetivo é resistir à violência que separa matéria e espírito, eliminar a estrutura que cria os referentes ausentes”.

Essas diferenças existentes entre gêneros e espécies, consideradas superiores às outras, foram construídas culturalmente. Barbosa (1989) esclarece que o gênero está intrinsecamente ligado a determinados comportamentos e sentimentos que se diferem, e não ao gênero que afirma se o indivíduo nasce homem ou mulher. Todavia, ao longo do tempo foi criada na sociedade uma relação hierárquica, na qual se impõe o masculino sobre o feminino.

Segundo Souza (2013, p. 3):

A situação observada em sala de aula é a de uma menina que se aproxima da professora e pede para ir ao banheiro. A professora autoriza e, olhando para a pesquisadora, faz um elogio à mesma: *“Essa menina é uma graça. Quieta. Comportada. O caderno dela dá gosto de ver”*.

De acordo com a análise de Souza (2013), já existe um comportamento estereotipado em relação às meninas e aos meninos. Com um pensamento preestabelecido, elas carregam a obrigação de serem mais comportadas do que eles, dessa forma, os estereótipos criados pela sociedade demarcam os limites das meninas e dos meninos. Esse tipo de comportamento é visível quando ainda são crianças. Inseridos em um contexto social com conceitos solidificados, elas agem, ainda que intuitivamente porque são crianças, mostrando diferenças masculinas e femininas, dessa forma, algumas atitudes só podem ser permitidas aos meninos, do mesmo modo que outras atitudes só podem ser permitidas às meninas, criando assim, desde muito cedo, um estereótipo sexista.

Neste contexto, muitas ideias estão embasadas em papéis já definidos para homens e mulheres, como se a cor rosa fosse cor de mulher e azul cor de homem. Nas palavras de Louro (1998, p. 23):

[...] a ótica está dirigida para um processo, para uma construção, e não para algo que exista a priori. O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos.

Ou seja, quando o comportamento não é o esperado, ele é tido como se não fosse normal, já que o previsto seria o estereótipo social. Quando se come carne, está sendo realizada uma ação natural, segundo o modelo cultural vivenciado pela sociedade. Tomar outra atitude seria ir contra algo que já é considerado correto, óbvio e natural. Mas o que seria natural? Se tantos atos são estipulados por uma cultura dominante. Nesta visão é “natural” a subordinação da mulher ao homem, como de outras espécies.

A sociedade é moldada por padrões pré-estipulados. Quem pensa de outra maneira, ou seja, que tenha outro ponto de vista, pode ter como resultado um pensamento classificado como “anormal”, uma vez que não pensou seguindo as regras impostas pela amostra estruturante. Esse ‘modelo estruturante’ ainda predomina porque há pessoas que concordam com ele. A mulher sempre foi vista simbolicamente como a figura do lar e de mãe, aceitando o que lhe é imposto, porque por mais que busque equidade, a hierarquização de gêneros ainda é dominante. Garcia (2012, p. 31) defende que:

A violência aparece como um fato sempre explicável e é entendida como sendo ato circunstancial. Ela é aceita ou suportada pelo temor da dissolução familiar; muitas vezes a própria família orienta perdoar uma agressão em nome de um bem maior: a manutenção do casamento e da união familiar cujo preço é a troca da dignidade como pessoa e cidadã. Também existe o temor das perdas materiais e a vergonha de exposição pública porque a sociedade concebe que quem apanha, mereceu o castigo. Excrescências do senso comum ressaltam um aspecto lamentável da cultura.

Neste contexto Garcia (2012, p. 29) ainda diz que:

A violência está intimamente imbricada à condição geral da subordinação, violando liberdades e direitos do sujeito, impedindo que seja o agente da própria história. A violência simbólica opera de forma perversa, fazendo com que a visão de mundo do dominador seja absorvida pelo dominado. Trata-se de uma modalidade de violência que domina integralmente, pois é um mecanismo que faz com que o dominado veja a si mesmo a partir do olhar do dominante.

Assim, o subordinado cria um ambiente de aceitação, abdicando da busca de liberdade. Como já dito anteriormente, cria-se expectativas pré-estabelecidas com relação aos sexos, feminino ou masculino. Comportamentos sociais se tornam rótulos para definir quem é pertencente a determinado sexo, e transformam-se em normas fixas. Nessa visão de sociedade, ao nascer o indivíduo já apresenta um sexo definido. Garcia (2012, p. 34) diz:

Todos sabem o que é sexo e biologicamente, os seres humanos são dimórficos. Existem dois sexos: ou se é homem, ou mulher, certo? Errado. Vamos considerar os aspectos biológicos e perguntar: o que faz ser um homem ou uma mulher? A análise dos hormônios sexuais que causam a voz grossa, ou fazem crescer as mamas, não é critério adequado para diferenciar sexos, pois há mulheres que têm a maioria dos hormônios masculinos no corpo e vice-versa. A análise genética informa que os genes se unem em cromossomos no formato XX criando uma mulher ou XY para um homem. Isso tampouco dá conta de uma explicação integral, já que os geneticistas várias vezes se deparam com os chamados "mosaicos", misturas na formação cromossômica que impedem uma conclusão taxativa sobre o sexo do indivíduo.

De acordo com a autora, existem dois gêneros apenas. No entanto, isso é afirmar de maneira errônea, porque uma análise biológica mostra que não é

autossuficiente para que a explicação seja integral. Porém, quando nasce uma criança intersexual, esta é vista como alguém que não está nos padrões exigidos, é ela, então, que precisa mudar. Garcia (2012, p. 37) faz o seguinte questionamento a respeito da discussão referida anteriormente:

A pergunta que assoma nesse cenário seria: Quem está doente? O que nasceu intersexo ou a sociedade incapaz de absorver os que se afastam dos padrões arbitrariamente impostos pela pretensão de classificar toda a humanidade?

A questão anterior soma-se a tantas perguntas que aparecem nessa hierarquização social. Ao aceitar que existem outras formas além do padrão imposto, a sociedade se depara com outra maneira de pensar, construindo uma nova identidade para cada indivíduo. Essa identidade seria independente do sexo e o indivíduo poderia ser um produtor de mudanças políticas e sociais. O debate seria sobre o respeito com o outro gênero, para outras espécies que são consideradas inferiores e para com aqueles que estariam “fora do padrão”. Nesta visão, Garcia afirma que:

Se perguntarmos: o que determina o sexo de uma pessoa: o corpo ou a mente? Dependendo da resposta, veremos que o que era considerado – uma anomalia, não passa de uma diferença que precisa ser democraticamente aceita e respeitada (GARCIA, 2012, p. 37).

Da mesma maneira, devem-se respeitar as características que cada pessoa adota como comportamento, porque não há regras que afirmam que certas tarefas devem ser realizadas somente por homens e vice-versa. Garcia (2012, p. 37) diz: “Quem arbitra qual será o comportamento adequado para cada sexo? Sabemos que é a cultura e a sociedade, portanto não se trata de normas fixas”. E nesta divisão de tarefas e valores as mulheres estão em condição de subordinação:

Na distribuição desigual de poder que é conferida aos gêneros, o domínio masculino inclui a esfera pública, os assuntos econômicos, políticos e sociais, tidos como assuntos de homens. Já o domínio feminino resume-se à esfera privada, aos assuntos domésticos e pessoais, à intimidade. Os efeitos da divisão desigual colocam a mulher em condição de extrema

desvantagem, sujeita a violência, exclusão, discriminação, marginalização e exploração (GARCIA, 2012, p. 41).

Ainda segundo Garcia (2012), essa estrutura vai perdurar até o momento em que ocorrer a desestruturação dessa hierarquia imposta pela sociedade. Ao contrário, além da prática, a ideia de separação de gêneros estará sempre enraizada como modelo padrão, segundo afirma Garcia (2012, p. 49) “o Ocidente criou uma classificação binária para enquadrar a todos em um dos dois gêneros, ou se é homem, ou se é mulher”.

Assim, o assunto em questão – o ecofeminismo – busca o respeito de cada ser em sua individualidade, para que desse respeito possam juntos, homens e mulheres, promover a construção de uma sociedade livre. Faz-se importante, neste contexto, ressaltar mais uma vez Garcia (2012, p.106):

O ecofeminismo exhibe tanta variedade de posições teóricas porque se trata de uma filosofia ambiental na encruzilhada. Seu ponto de partida é a preocupação com os não humanos, seguida pela preocupação com seres humanos oprimidos, respaldado na base pela concepção feminista. Sua dupla natureza é uma característica constitutiva de ecofeminismo e motivo da variedade teórica, cujo desafio é manter o foco comum.

O ecofeminismo é, assim, um instrumento para uma nova visão diante das discussões que foram postas nesta monografia.

A posição social da mulher perante o homem é refletido em fatos como o da execução de cargos iguais, porém financeiramente diferentes. Segundo uma matéria publicada no Globo.com (2013), segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2011), os assalariados com nível superior receberam mais dos que os que não tinham esse nível de ensino. Sendo que os que têm ensino superior um valor de R\$ 4.135,06 e os que não apresentaram ensino superior outro valor, sendo de R\$ 1.294,70. Da mesma forma essa diferença salarial foi apresentada de acordo com os gêneros, uma vez que os homens apresentaram uma renda mais elevada do que as mulheres. Os homens obtiveram um valor de R\$ 1.962,97, em contrapartida as mulheres seguiram ganhando menos, com R\$ 1.561,12.

A pesquisa releva que, embora mulheres e homens estejam engajados no mundo profissional, muitas vezes com os mesmos objetivos, as mulheres ainda não estão envolvidas no mesmo setor que os homens, já que os salários são diferentes. E assim por diante, como discutido no decorrer do trabalho, há essas diferenças entre os gêneros nos diversos aspectos sociais. Como se não fosse já complexa a discussão entre gêneros, foi visto que da mesma maneira ocorre a subordinação de outras espécies, denominado de especismo. Frente aos assuntos discutidos referentes aos humanos e não humanos, o ecofeminismo em toda a sua abordagem, busca uma nova estrutura, um modelo que não oprime, não controla e que não trate mulheres e animais, como objetos para a fútil e supérflua satisfação pessoal, tornando-os, simplesmente, “coisas” que podem ser convertidas em algo servil.

CONCLUSÃO

A relação de exploração de mulheres e animais é uma situação existente devido a uma racionalidade patriarcal, que é estruturante para a sociedade. A grande maioria da sociedade por sua vez, visualiza as ações exploratórias como práticas corriqueiras, já que está impregnada a ideia de que os animais são objetos de consumo e as mulheres são submissas em relação a outro gênero, tornando-se também objetos. Assim, a relação é intrínseca, pois ambos são alvos de dominação de humanos com ideias especistas e sexistas. Segundo embasamento teórico, pode se perceber que os animais são explorados como alimento, usados como cobaias, comércio de peles e couro. E as mulheres, além do comércio pornográfico, são enquadradas em determinadas atividades, que de acordo com o modelo patriarcal, são atividades destinadas para elas, ficando sempre submissas.

Diante essa situação, o ecofeminismo propõe uma mudança no modo de vida, como na questão de atribuição de valores. Pois, o consumismo faz com que a ideia de vida seja desvalorizada, como se apenas uma determinada espécie deve ter direito à vida. Moralmente, nada justifica o sofrimento causado para um ser vivo. O fato de a espécie humana ter racionalidade, não lhe dá o direito de usufruir da outra espécie que se torna indefesa, apenas para atender seus próprios interesses. Todos os seres devem ser tratados com a mesma igualdade, não importando a espécie, a raça e o sexo.

Enquanto a sociedade consumista estiver sob a visão de um modelo estruturante, que explora mulheres e animais, e no qual essa exploração é importante economicamente, não haverá mudanças. Essas mudanças só ocorreram diante à ruptura dos modelos que dominam. Assim, a teoria crítica feminista, almeja a ligação entre teoria e a prática, essencial para qualquer tentativa de mudar a realidade na qual estão em vigor ações que aprovam ações de exploração de humanos e não humanos.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Carol J. **A política sexual da carne**: a relação entre o carnivorismo e a dominância masculina. São Paulo: Alaúde Editorial, 2012.

ASSALARIADO. Disponível em: < <http://g1.globo.com>>. Acesso em: jun. 2013.

BARBOSA, M. **À procura da história das mulheres**. Cadernos da Condição Feminina, Lisboa, n.29, 1989.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Gênero e meio ambiente**. São Paulo: Cortez, 1997.

DIAS, Tamaya Luna Publio. **Os princípios do Ecofeminismo**. Disponível em: <http://www.abolicionismoanimal.org.br/artigos/osprincipiosdoecofeminismo.pdf>
Acesso em mar: 1 mar. 2013.

DUARTE, Lima Constância. **Feminismo e literatura no Brasil**. São Paulo. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v.17, n.49, p.1-10, set./dez.2003.

FREITAS. Ellen Augusta Valer de. **Semana do meio ambiente**: proibido falar em pecuária. **Anda**. 5 de jun 2013. Disponível em: < <http://www.anda.jor.br> > Acesso em: 2 jun de 2013.

GADO. Disponível em: <<http://www.paranaonline.com.br>>. Acesso em: 2 jun. 2013.

GARCIA, Loreley. **Meio ambiente e gênero**. São Paulo: SENAC, 2012.

GIACOMINI FILHO, Gino **Meio ambiente e consumismo**. São Paulo: SENAC, 2008.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papyrus, 1990.

HAREL, Naama. **Vegetarianismo como Feminismo**: a carne como um símbolo da dominação masculina. Disponível em: < <http://anonymous.org.il/art494.html>> Acesso em: 3 fev. 2013.

IBGE. **Assalariado com nível superior ganha em média 219% mais, diz IBGE**. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/05/assalariado-com-nivel-superior-ganha-em-media-219-mais-diz-ibge.html>. Acesso em: 10 Maio 2013.

JACOBI, Pedro Roberto. **Educação Ambiental**: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. São Paulo: USP, 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a07v31n2.pdf> > Acesso em: 3 fev.2013.

LESSA, Patrícia. Mulheres, corpo e esportes em uma perspectiva feminina. **Motrivivência**, Florianópolis: Edufsc, Ano 17, n 24, p.157-172, jun. 2005.

_____, **Sexismo, especismo e racismo**: A produção de sentidos em discursos de campanhas de cerveja, 2012 (digitado).

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

MACIEL, Maria Esther. Poéticas do animal. In: Maciel Maria Esther. **Pensar/escrever o animal**: ensaios de zoopoética e biopolítica. Ed. da UFSC, 2011. p.85-101.

MOSCOVICI, Serge. **Natureza**: para pensar a ecologia. Rio de Janeiro: Mauad X: Instituto Gaia, 2007.

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005.

RAGO, Margareth. **Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós) modernidade no Brasil**. Disponível em: < <http://segall.ifch.unicamp.br> >. Acesso em: 15 Maio 2013.

REDAÇÃO. "Le spécisme". In: *Les Cahiers Antispécistes: Réflexion et action pour l'égalité animale*. Disponível em:< <http://www.cahiers-antispecistes.org>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

SILVA, Ângela Raquel G. **Consumismo e meio ambiente:** Estudo de Caso no Município de Borrazópolis. Monografia (Especialização em Impactos Ambientais e Gestão do Espaço) Jandaia do Sul, 2010.

SOTO, Willian Héctor Gómez. Desenvolvimento Sustentável, Agricultura, e Capitalismo. In: BECKER, Dinizar Fermiano. **Desenvolvimento Sustentável:** necessidade e/ou possibilidade. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002. p. 99-120.

SOUZA, Fabiana Cristina de. **Diferenças De Gênero Na Escola:** Interiorização Do Masculino e do Feminino. UNESP. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/28/textos/ge23/ge231085int.doc > Acesso em: 4 abril de 2013.

TROPPEMAIR, Hemult. **Biogeografia e meio Ambiente.** Rio Claro: Divisa, 2008.

